



7 • Correio Braziliense — Brasília, segunda-feira, 24 de abril de 2023

Bolsas		Pontuação B3	Dólar	Salário mínimo	Euro	CDI	CDB	Inflação
Na quinta-feira	Na sexta-feira	Ibovespa nos últimos dias	Na quinta-feira	Últimos	Comercial, venda na quinta-feira	Ao ano	Prefixado 30 dias (ao ano)	IPCA do IBGE (em %)
0,43%	0,07%	106.016	R\$ 5,058	R\$ 1.302	R\$ 5.546	13,65%	13,65%	Novembro/2022 0,41
São Paulo	Nova York	17/4 18/4 19/4 20/4	(-0,55%)					Dezembro/2022 0,62
								Janeiro/2023 0,53
								Fevereiro/2023 0,84
								Março/2023 0,71

NOVO PAC

Infraestrutura volta ao radar

Com expectativa de ser lançado em maio, o resgate do programa terá foco em PPPs e concessões. Edições anteriores tiveram megaprojetos inacabados e, na avaliação de analistas, diversos problemas de gestão

» RAFAELA GONÇALVES

Infraestrutura em foco

Volta do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) é nova aposta do governo para emplacar a economia

O QUE É O PAC?

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que teve sua primeira versão lançada em 2007, consiste em um conjunto de medidas destinadas a incentivar o investimento privado e aumentar o investimento público em infraestrutura, se tornando uma das principais bandeiras dos governos Lula e Dilma Rousseff (PT)

O Programa foi descontinuado pelo governo federal em 2019, quando foram paralisados os novos investimentos, e está sendo reformulado agora, no terceiro mandato de Lula. O "Novo PAC" ainda está em fase de definição de diretrizes e deve ser lançado até o final de maio. O projeto se inspira nas versões anteriores do PAC, mas deverá ter outro nome.

SITUAÇÃO DAS OBRAS

Relatório do PAC, realizado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) em 2019, levantou 14 mil obras inacabadas pelo Brasil



MOTIVOS DA PARALISAÇÃO

O TCU listou 8 motivos para a paralisação das obras



CONFIRA OS SEIS EIXOS DO "NOVO PAC"

Transportes: Construção de rodovias, ferrovias, hidrovias, portos e aeroportos, incluindo a ligação entre eles.

Energia: Retomada do programa Luz para Todos e investimento em construção e manutenção de torres de transmissão de energia e de dutos de petróleo e gás, incluindo melhoria da estrutura voltada à "energia limpa".

Infraestrutura Urbana: Financiamento de iniciativas voltadas em especial à moradia e infraestrutura urbana, uma demanda de prefeitos, como Minha Casa Vida, melhoria de acesso às cidades, ajuda à mobilidade urbana, prevenção a tragédias, entre outros.

Comunicações: Investimento em construção e manutenção de torres de transmissão, melhoria dos sinais de internet e implementação de redes sem fio em áreas públicas e escolas.

Equipamentos sociais: Investimentos em infraestrutura nas áreas de educação (conclusão e construção de creches e escolas em parceria com municípios), saúde (postos e hospitais) e lazer (áreas de esporte, diversão e cultura).

Água para Todos: Projeto nacional com foco em saneamento básico, melhoria da infraestrutura hídrica das cidades e ligação a municípios que têm baixo percentual de água encanada.

O QUE NÃO SE SABE?

Não está claro qual será o impacto fiscal e como será determinado o gasto por estado, por exemplo, sob o novo arcabouço. O projeto, a ser votado no Congresso, pode sofrer modificações que podem esbarrar diretamente no percentual destinado ao programa reformulado.

Fonte: TCU / Governo Federal.

início da derrocada da ex-presidente Dilma, com escândalos de corrupção. Agora, megaprojetos, que foram alvo de denúncias de

mau uso de dinheiro público, voltam à agenda econômica.

Segundo um relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) de

O QUE SE SABE ATÉ O MOMENTO?

Foco em PPPs: O governo pretende incentivar as PPPs (parcerias público-privadas) e as concessões, buscando capital privado para financiar os projetos. A ideia é selecionar obras que precisam de pouco investimento público para fechar as parcerias.

Financiamento regional: O novo PAC vai retomar a aplicação de fundos regionais, como o do Banco do Nordeste, e buscar recursos com empresas estatais independentes.

Reinício de obras paradas: Um dos focos vai ser a retomada de projetos de infraestrutura parados pelo país — apenas na área da educação são mais de 4.000 obras.

Foco em esgoto: As obras de saneamento básico também estão entre as prioridades. Cerca de metade da população brasileira não tem acesso à rede de esgoto até hoje.

Prioridades estaduais: O desenho do programa teve, como ponto de partida, uma lista de 417 obras e projetos apresentados pelos 27 governadores em uma reunião com Lula em janeiro. Cada estado levou ao Palácio do Planalto uma relação de empreendimentos prioritários.

Listas de obras prioritárias: Governadores e ministros analisam projetos que terão verba. Os governadores já entregaram para a Casa Civil mais de 400 projetos que poderiam receber recursos do PAC. Os ministérios também estão fazendo uma seleção de obras; apenas a pasta dos Transportes está analisando mais de 800 propostas.

2007 e 2010 chegavam a R\$ 444 bilhões, o que correspondia a 82% do previsto para o período. Para o PAC 2, os documentos indicavam R\$ 796,4 bilhões, ou 99,7% do previsto.

No entanto, estudos da consultoria Inter.B de 2016, mostram que esses números foram superestimados, dado que houve uma superposição de cerca de 61% das ações do PAC 1 e do PAC 2. Indica que, na verdade, apenas 50,9% das ações do PAC 1 haviam sido concluídas e 52,9% das do PAC 2. O estudo também apontou que entre dezembro de 2010 e dezembro de 2014, o aumento médio do custo e do prazo de entrega das obras no setor de transportes foi de 46% e 89%, respectivamente.

A economista Carla Beni, professora de MBAs da Fundação Getúlio Vargas (FGV), analisou as dificuldades das versões anteriores do programa. "Projetos mal formulados, falhas de gestão, custos elevados e atrasos de entregas de obras. Tivemos um descasamento entre o que foi prometido e a quantidade efetiva realizada", avaliou. Apesar de um certo ceticismo, a especialista considera essencial a retomada. "O estado como motor de desenvolvimento econômico, principalmente na infraestrutura, é muito relevante. Todos os países do mundo praticam isso", avaliou.

Risco fiscal

A volta do programa traz incerteza sobre o impacto no arcabouço fiscal. Ainda não está claro como será determinado o gasto por estado, por exemplo, sob a nova regra que substituirá o teto de gastos — mecanismo para limitar o crescimento das despesas públicas à inflação. O projeto, a ser votado no Congresso Nacional, pode ser modificado a ponto de esbarrar no percentual destinado ao novo PAC.

Na última semana, o Ministério da Fazenda anunciou um novo marco para as PPPs, destinado a prefeituras e governos estaduais. De acordo com o Secretário do Tesouro Nacional, o conjunto de quatro medidas já faz parte da série de incentivos do novo PAC, mas outros ainda devem ser anunciados. A ideia da pasta é oferecer garantia da União em caso de inadimplência dos estados e municípios.

Ao oferecer as garantias, no entanto, o governo pode assumir grande risco, pois a honra de garantias já é um fator de pressão fiscal para a União. "Ao atuar como garantidora, a União mitiga os riscos dos agentes privados ao assumi-los para si", alertou o economista-chefe da Warren Renascença, Felipe Salto.

Para o economista e professor do Insper Otto Nogami, a grande dúvida que paira no ar é se efetivamente o governo terá recursos para viabilizar o programa. "Isto porque do programa inicial, que envolvia investimentos da ordem de R\$ 500 bilhões, menos da metade foi executado", lembrou. "Sem dúvida esse programa implicará em investimentos estratégicos que deem sustentação à formação bruta de capital fixo, tão importantes para a adequação das condições de produção", finalizou.

2019, o Brasil contava com mais de 14 mil obras inacabadas, em contratos que somam R\$ 144 bilhões. Um limbo de empreendimentos

entrou para o esquecimento. Na primeira edição do PAC relatórios do governo apontavam que os empreendimentos concluídos entre